

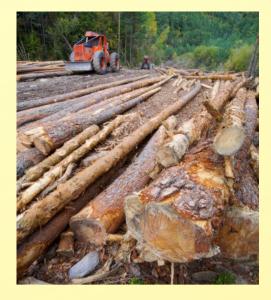
MATRIZ DE RISCOS RECOMENDAÇÕES DE INTEGRIDADE

Apoio:



Realização:















PLANEJAMENTO

AUDITORIA OPERACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 22, DE 05 DE JUNHO DE 2020.





INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o resumo da proposta de planejamento da auditoria operacional no Setor Florestal do Estado de Rondônia, que visa produzir um diagnóstico situacional, elaborar uma matriz de risco e recomendações de integridade.

A auditoria foi instituída pela Portaria Conjunta nº 22, de 05 de junho de 2020, será realizada por uma equipe composta por servidores da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) e contará com o apoio da Transparência Internacional - Brasil.

O documento completo do planejamento da auditoria pode ser acessado no site: http://www.transparencia.ro.gov.br/ParticipacaoSocial.



O SETOR FLORESTAL MADEIREIRO

A exploração madeireira quando realizada de acordo com a legislação e as boas práticas de manejo florestal pode ser fonte de geração de emprego e renda e um instrumento de exploração sustentável da floresta. Por outro lado, quando realizada de forma ilegal, é fonte de degradação, conflitos fundiários e perda de receita por parte do poder público, além de gerar uma concorrência desleal com aqueles que realizam a exploração dentro da lei.

NECESSIDADE URGENTE

Operações recentes do Ministério Público, da Polícia Federal e da Polícia Civil, tais como Deforest, Pau-Oco, Karipuna e Cyber-Cupim demonstram que a ilegalidade no setor florestal madeireiro é um problema que impacta o estado de Rondônia. A exploração ilegal de madeira é muitas vezes acompanhada por ações de fraudes documentais e nos sistemas de controle, bem como de corrupção envolvendo agentes públicos e privados, o que aponta para a necessidade de aprimoramentos de políticas públicas, processos e mecanismos voltados à promoção da integridade.

PRODUTOS DO TRABALHO

- Diagnóstico dos níveis de integridade do Estado de Rondônia relacionados aos processos de licenciamento, fiscalização e controle da exploração, transporte e comércio de madeira nativa do Estado de Rondônia.
- Matriz de risco da integridade do Setor Florestal no âmbito do Estado de Rondônia.
- Recomendações de Integridade ao Setor Florestal do Estado de Rondônia.





EIXOS DE ABRANGÊNCIA 🤻



Esta auditoria busca contribuir com a sustentabilidade e a legalidade do setor florestal de Rondônia, podendo ser um marco de transformações positivas nesta direção. Dado que a atividade florestal se relaciona fortemente com diversos temas, esse trabalho irá abranger **7 (sete) eixos**:

- Ambiente de Controle da SEDAM e de outras unidades do Setor Socioambiental Florestal do Estado de Rondônia
- Regularização das Propriedades Rurais
- Licenciamento, Monitoramento e Controle das Atividades de Exploração Florestal
- Análise e Licenciamento de Empresas Florestais
- Gestão das Unidades de Conservação e Áreas Especialmente Protegidas
- Aderência das Atividades Produtivas ao Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico do Estado
- Eficiência Produtiva dos Projetos e Indústria de Beneficiamento

ATORES

A Controladoria Geral do Estado -CGE/RO, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental -SEDAM/RO, e a Transparência Internacional - Brasil, contribuirão em conjunto para a definição do escopo de execução do trabalho. Além de tais entidades, também será oportunizado o envio de contribuições de outros atores públicos, privados e sociedade civil interessada, incluindo aqueles que atuam na exploração florestal, bem como em atividades de controle e fiscalização ambiental, por meio de um processo de Consulta Pública.

METODOLOGIA

Os trabalhos serão realizados utilizando a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais de auditoria (International Professional Practices Framework -Framework COSO, IPPF), o orientações do Plano de Integridade da CGU, bem como as Normas de Auditoria Governamental - NAG's decorrentes de Princípios Fundamentais de Auditoria Conformidade da Organização Internacional das Entidades Fiscalização Superior (Intosai). Boas práticas de orgãos e entidades de controle e de fiscalização socioambiental serão consideradas

TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

O trabalho será realizado através de técnicas e procedimentos de auditoria, incluindo os seguintes meios de coleta de dados e informações:



Aplicação de questionários;



Entrevista



Exame documental;



Indagação escrita;



Inspeção.





ETAPAS DO TRABALHO (PRAZO 120 DIAS)

Solicitação

Pedido da Sociedade Civil organizada

PASSO









PASSO 02

Planejamento

Elaboração conjunta do planejamento da auditoria

Consulta Pública

Recebimento de sugestões de entidades públicas, privadas e da sociedade civil ao planejamento proposto

PASSO

03





PASSO 04

Execução

Aplicação dos procedimentos

Produtos finais

Conclusão de relatórios e validação **PASSO** 05



SITUACIONAL

DIAGNÓSTICO MATRIZ



DE RISCOS





EQUIPE TÉCNICA



A equipe de execução responsável foi designada através da Portaria conjunta nº 22, de 05 de junho de 2020, sendo composta por:

JONATHAN BARROS CARDOSO – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO/CGE, REPRESENTANDO A CGE – **PRESIDENTE**:

RODRIGO CÉSAR SILVA MOREIRA - DIRETOR EXECUTIVO/CGE, REPRESENTANDO A CGE - MEMBRO;

LEONARDO GONÇALVES DA COSTA - ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO/CGE, REPRESENTANDO A CGE - MEMBRO:

ITALO HENRIQUE VASCONCELOS BARBOSA - ASSESSOR/CGE, REPRESENTANDO A CGE - MEMBRO;

HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA - COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL/SEDAM, REPRESENTANDO A SEDAM - MEMBRO;

NATANAEL PINHEIRO DA SILVA - ENGENHEIRO FLORESTAL/SEDAM, REPRESENTANDO A SEDAM - MEMBRO.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL

Membros indicados pela Transparência Internacional - Brasil para acompanhar e monitorar o trabalho:

RENATO PELLEGRINI MORGADO, PROGRAMA DE INTEGRIDADE SOCIOAMBIENTAL DA TI BRASIL

DÁRIO CARDOSO JR, PROGRAMA DE INTEGRIDADE SOCIOAMBIENTAL DA TI BRASIL